



INFORME SOCIOECONÔMICO

016



PLANEJAMENTO
Secretaria de Estado
do Planejamento / SEPLAN



Piauí
GOVERNO DO ESTADO

VARIAÇÃO DA RENDA NO PIAUÍ NO CONTEXTO DA PANDEMIA

Os anos de 2020 e 2021 trouxeram impactos econômicos e sociais desafiadores à manutenção e estabilidade de renda para grande parte da sociedade brasileira. De forma intrínseca, os efeitos percebidos a partir das restrições sanitárias e econômicas exigidas pelo enfrentamento da pandemia da COVID-19 resultaram numa queda da renda mensal real e do rendimento médio per capita da população piauiense nos dois últimos anos, mas representaram uma melhoria na renda da população mais pobre a partir das transferências lançadas no momento mais crítico da pandemia.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir dos dados divulgados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-Contínua), a crise gerada pelo COVID-19 foi capaz de reduzir os níveis de rendimento e de renda mensal no Piauí a um estágio equivalente ao estabelecido no ano de 2012, quando se iniciou a série de estudo.



Muito embora a taxa de ocupação tenha apresentado um comportamento de melhora ao longo de 2021, principalmente no 4º trimestre, o nível de renda média habitualmente recebida no estado ao longo do ano sofreu uma diminuição de quase 8% em relação ao ano de 2019.

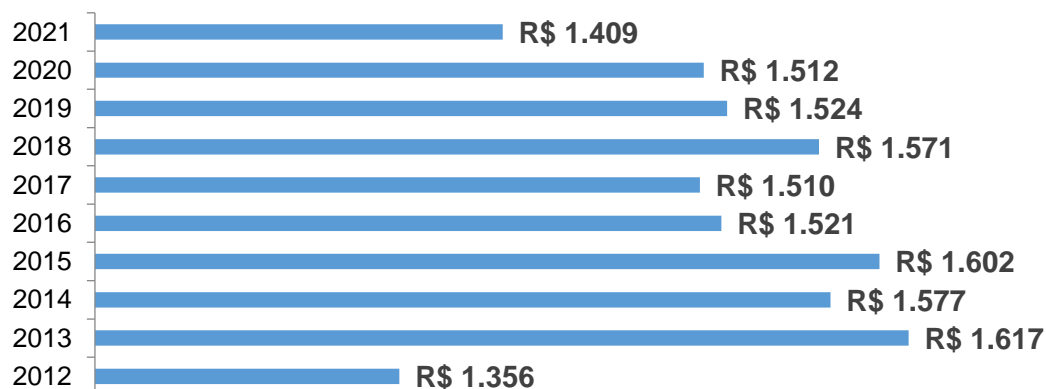
Diante destes resultados, este informe tem como foco a análise do comportamento da renda média mensal e no rendimento médio mensal real per capita, no Piauí, no cenário pandêmico.

Rendimento Médio Mensal Real

O rendimento médio para todas as fontes em 2020 foi de R\$ 1.512, valor este que incorpora os repasses governamentais a título do Auxílio Emergencial num calendário de pagamento que compreendeu nove meses ao longo do ano (abril-dezembro).

Em 2021 a renda mensal média foi de R\$1.409, resultando numa redução de 6,8% em relação ao ano anterior. A quantia representa o segundo menor valor da série de 10 anos, ficando à frente apenas do ano de 2012, quando o rendimento mensal médio foi de R\$ 1.356, conforme destacado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Rendimento médio mensal real – Piauí (2012/2021)



Fonte: IBGE (PNADC) 2012/2021. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2022).

Na análise desagregada (Tabela 1), todas as fontes apresentaram variação negativa no período 2020/2021. As rendas oriundas do mercado de trabalho



representaram uma redução de 3,17%. Os valores recebidos por outras fontes, tais quais alugueis, pensões, aposentadorias e transferências tiveram uma queda de 13,91% em relação ao ano de 2020.

Tabela 1 – Variação do rendimento médio por fonte – Piauí – 2020/2021

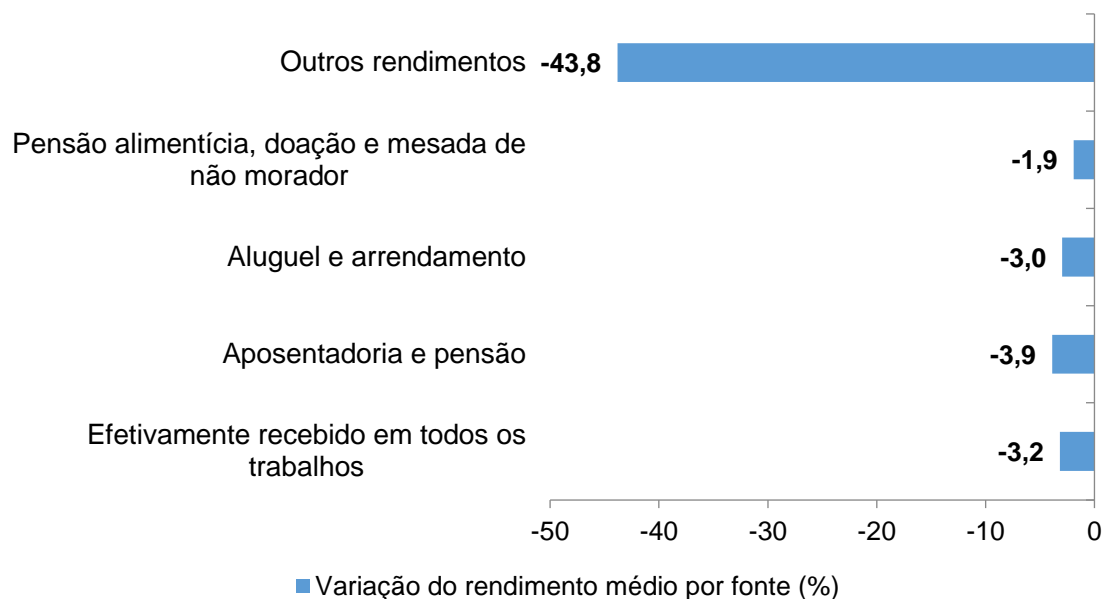
FONTE	2020	2021	Variação %
1 - Efetivamente recebido em todos os trabalhos	1.638	1.586	-3,17
2 - Outras fontes	1.107	953	-13,91
Aposentadoria e pensão	1.747	1.679	-3,89
Aluguel e arrendamento	947	919	-2,96
Pensão alimentícia, doação e mesada de não morador	421	413	-1,90
Outros rendimentos	694	390	-43,80

Fonte: IBGE (PNADC) 2020/2021. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2022).

A maior redução registrada foi na fonte de renda “Outros rendimentos” (-43,8%), que engloba os valores recebidos pelo seguro-desemprego, rendimentos de poupança, programas de transferência de renda, entre outros. Nesse sentido, o impacto do encerramento do Auxílio Emergencial assume uma expressão significativa nessa fonte de rendimento. O Gráfico 2 apresenta a variação da renda média real, por fonte, em 2021 em relação ao ano de 2020.



Gráfico 2 – Variação do rendimento médio por fonte (%) – Piauí 2020/2021



Fonte: IBGE (PNADC) 2012/2021. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2022).

Em relação às faixas per capita, que classificam a população em percentis de renda per capita em ordem crescente¹, os dados da PNAD-Contínua evidenciam uma maior elasticidade entre os 50% da população com menores rendimentos. Isto, pois, a renda da população com menor rendimento variou em maior intensidade, demonstrando um forte impacto econômico gerado pelo Auxílio Emergencial e pelos programas de transferências estaduais lançados em enfrentamento aos impactos econômicos e sociais que se originaram durante e perante a pandemia.

A partir da pesquisa, os valores estabelecidos para o grupo com menores rendimentos apresentaram uma acentuada elevação nos ganhos de renda no ano de 2020, com destaque àqueles estabelecidos no primeiro quarto com menor rendimento (até P20), conforme demonstram a Tabela 2 (em valores absolutos).

¹ Partindo do P5 (5% da população com menor renda per capita) indo até P99 (99% da população com menor renda per capita).



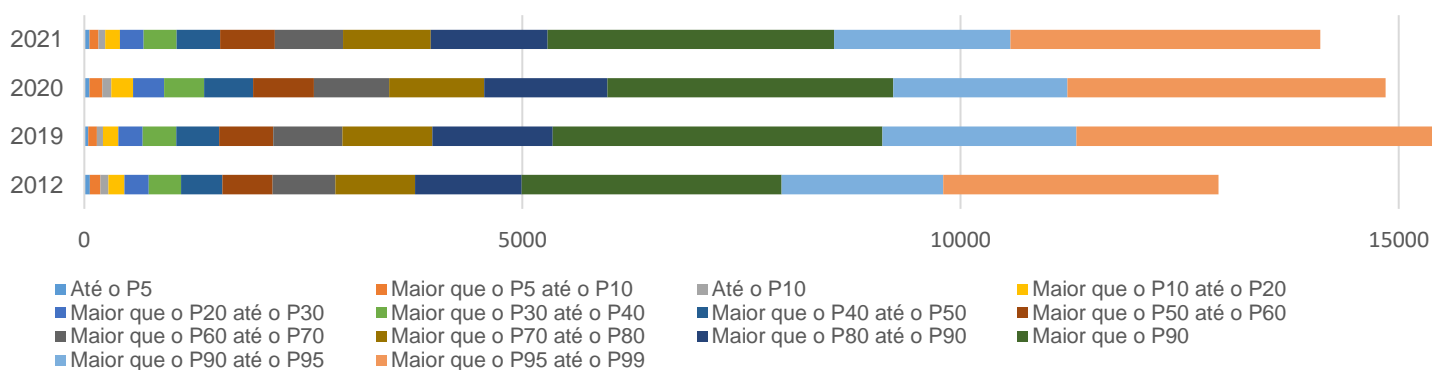
Tabela 2 – Renda média mensal domiciliar per capita por faixa percentual das pessoas em ordem crescente de rendimento, a preços médios do último ano (Reais) – Piauí – 2012 a 2021

Faixa de rendimento (%)	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Até o P5	62	80	87	75	64	54	54	45	61	59
Maior que o P5 até o P10	120	140	147	133	118	101	100	97	145	101
Até o P10	91	110	117	104	91	78	78	71	103	80
Maior que o P10 até o P20	185	212	211	229	190	165	169	174	248	167
Maior que o P20 até o P30	276	308	309	341	280	272	276	279	355	268
Maior que o P30 até o P40	371	396	414	439	374	364	385	382	454	379
Maior que o P40 até o P50	470	507	524	541	478	476	500	492	561	494
Maior que o P50 até o P60	574	622	660	668	601	606	624	616	693	627
Maior que o P60 até o P70	717	778	841	829	777	771	809	788	857	779
Maior que o P70 até o P80	910	1006	1075	1040	1025	1029	1070	1027	1087	1000
Maior que o P80 até o P90	1216	1407	1482	1407	1354	1403	1473	1375	1407	1334
Maior que o P90	2965	4035	3757	4013	3610	3482	3623	3761	3262	3270
Maior que o P90 até o P95	1846	2205	2193	2175	2024	2121	2262	2214	1986	2011
Maior que o P95 até o P99	3141	4283	4024	4189	3826	3670	3916	4173	3634	3538
Maior que o P99	7681	11947	10281	12423	10638	9521	9227	9711	8141	8747

Fonte: IBGE (PNADC) 2012/2021. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2022).

A representação dessa variação da renda per capita média pode ser visualizada na Figura 1, que evidencia um deslocamento acentuado em 2020, em relação aos demais anos, de P5 até P90.

Figura 1 – Alteração da renda mensal domiciliar per capita por faixa percentual das pessoas em ordem crescente de rendimento, a preços médios do último ano (Reais) – Piauí (anos selecionados)



Fonte: IBGE (PNADC) 2012/2021. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2022).



Assim, a representação para 2021 evidencia um recuo a níveis semelhantes aos observados em 2012. Evidencia-se, portanto, que nos anos de 2020 e 2021 houve impactos imediatos da pandemia em todas as faixas de rendas per captas.

A variação do rendimento médio domiciliar per capita no ano de 2020 em relação a 2019 e a variação percebida para 2021 em relação ao ano de 2020 estão demonstradas na Tabela 3.

Tabela 3 – Variação do rendimento médio domiciliar per capita – Piauí – 2019/2020 e 2020/2021

Faixa de rendimento (%)	Var (%) - 2019/2020	Var (%) - 2020/2021
Até o P5	35,56	-3,28
Maior que o P5 até o P10	49,48	-30,34
Até o P10	45,07	-22,33
Maior que o P10 até o P20	42,53	-32,66
Maior que o P20 até o P30	27,24	-24,51
Maior que o P30 até o P40	18,85	-16,52
Maior que o P40 até o P50	14,02	-11,94
Maior que o P50 até o P60	12,50	-9,52
Maior que o P60 até o P70	8,76	-9,10
Maior que o P70 até o P80	5,84	-8,00
Maior que o P80 até o P90	2,33	-5,19
Maior que o P90	-13,27	0,25
Maior que o P90 até o P95	-10,30	1,26
Maior que o P95 até o P99	-12,92	-2,64
Maior que o P99	-16,17	7,44

Fonte: IBGE (PNADC) 2012/2021. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2022).

Nesse sentido, a pesquisa demonstra que o ano de 2020 garantiu uma melhora proeminente nos rendimentos nas faixas da população que tinham os menores níveis de renda quando comparado a 2019, chegando a um aumento de quase 50% nos rendimentos mensais entre os 10% do grupo de menor rendimento (P5 a P10). Parte expressiva desse acréscimo está associada aos valores percebidos pelo Auxílio Emergencial.

Ao mesmo tempo em que houve uma ampliação da renda até P90, os dados para 2020 mostram uma redução na renda daqueles que recebiam os 10% maiores rendimentos. Nestes percentis estão incluídas as classes de profissionais liberais e autônomos impactados pelos efeitos de restrições das atividades econômicos nos períodos mais críticos da pandemia.

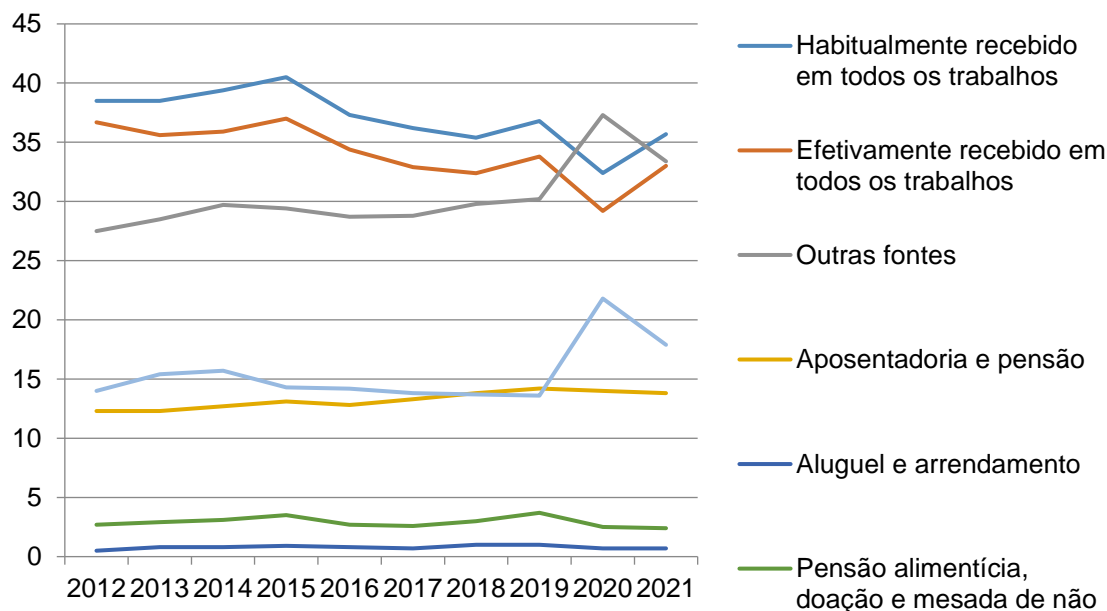


Em relação ao ano de 2021, a diminuição das transferências assistenciais repercutiu em uma redução dos rendimentos de 90% da população com menor renda, ao passo que para o grupo de 1% mais rico houve variação positiva de 7,44 pontos percentuais.

Distribuição da População por Tipo de Rendimento Recebido

Quanto à distribuição da população por tipo de rendimento é possível perceber dois momentos distintos das fontes de renda. Através do Gráfico 3, nota-se que em 2020, primeiro ano de pandemia, houve o aumento do volume de pessoas com renda proveniente de “outras fontes” e “outros rendimentos” com variação de 7,1% e 8,2%, respectivamente. Vale destacar que as políticas assistencialistas do estado, como o Auxílio Emergencial, foram direcionadas para essas fontes, no período em questão.

Gráfico 3 – Distribuição (em %) das pessoas por tipo de rendimento recebido – Piauí (2012/2021)



Fonte: IBGE (PNADC) 2012/2021. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2022).



Por outro lado, a renda recebida pelo trabalho, representada tanto pela habitualmente como pela efetivamente recebida, caiu no período². Ao todo, foi uma queda de 9% do volume de pessoas com fonte de renda do trabalho, impacto direto da pandemia e das medidas sanitárias de contenção aplicadas.

A distribuição das parcelas de entrevistados com rendas oriundas de aluguel e arrendamentos e de aposentadorias e pensões permaneceram estáveis.

Visto isso, no período 2020/2021, com a flexibilização das medidas restritivas e a redução dos valores do auxílio emergencial, as variações das fontes de renda se invertem. O cessamento das transferências instituídas na pandemia causou variação negativa de 3,9% para “Outras fontes” e para “Outros rendimentos”, ao passo que os rendimentos do trabalho cresceram 7,1% com a retomada gradual das atividades econômicas em 2021.

Rendimento Médio Mensal no Piauí

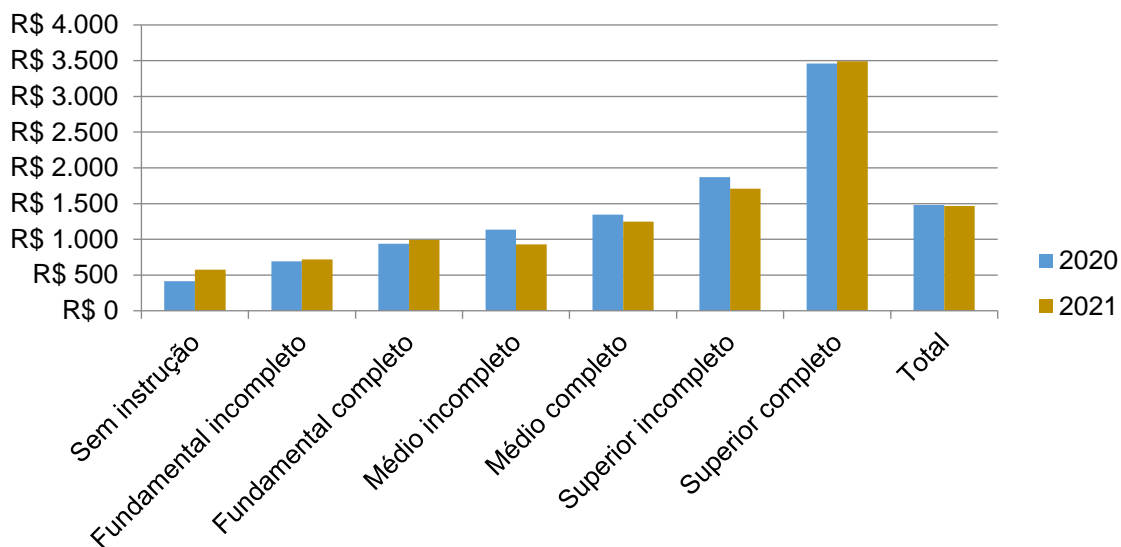
No recorte por nível de instrução é observada uma tímida recuperação de renda para pessoas de baixa qualificação (sem instrução, ensino fundamental incompleto e ensino fundamental completo) entre 2020 e 2021. Por outro lado, mesmo com o início do processo de recuperação econômica em 2021, pessoas com nível de instrução intermediário mantiveram a tendência de queda na renda média.

Conforme o Gráfico 4, é possível perceber que mesmo com as variações por nível de instrução, o nível de renda média manteve-se relativamente estável no período.

² A metodologia do IBGE se baseia em rendimento efetivo do trabalho como o valor bruto recebido no mês de referência pelo trabalho, enquanto que o rendimento bruto normalmente recebido pelo trabalho é classificado como rendimento habitual do trabalho, tido como expectativa. Ambos são captados somente entre as pessoas de 14 anos ou mais de idade.



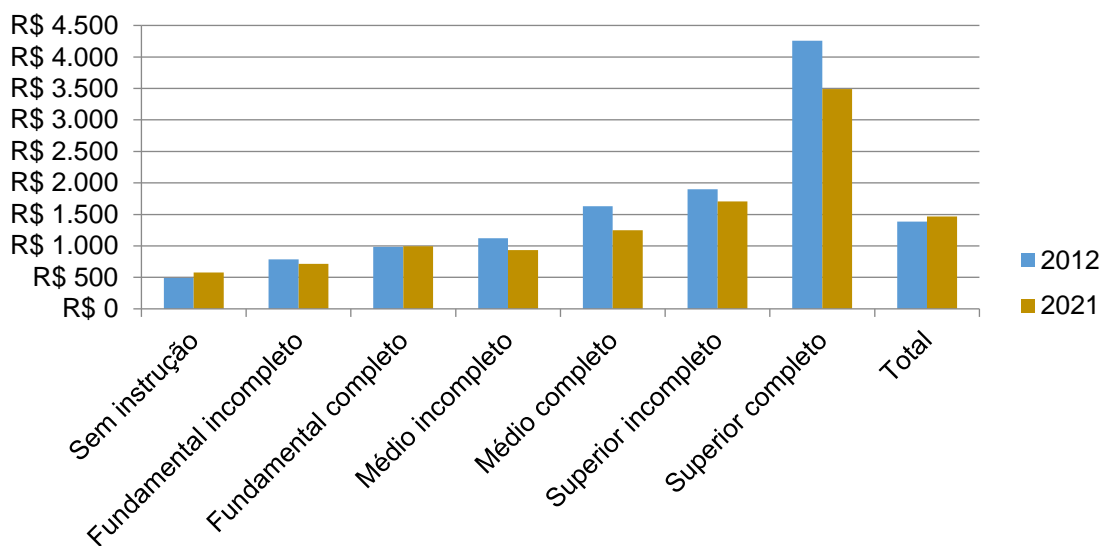
Gráfico 4 – Renda média mensal por nível de instrução – Piauí (2020/2021)



Fonte: IBGE (PNADC) 2012/2021. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2022).

Ampliando o recorte temporal, os dados comparativos permitem perceber que o rendimento médio mensal, apesar do acréscimo total de 6% de 2012 para 2021, foi reduzido para a maioria dos níveis de instrução, incluindo os níveis de maiores formações (ensino médio incompleto a superior completo). Através do Gráfico 5 é possível observar a redução de 18% na renda média das pessoas com ensino superior completo, grupo de maior renda por nível de instrução.

Gráfico 5 – Renda média mensal por nível de instrução – Piauí (2012/2021)

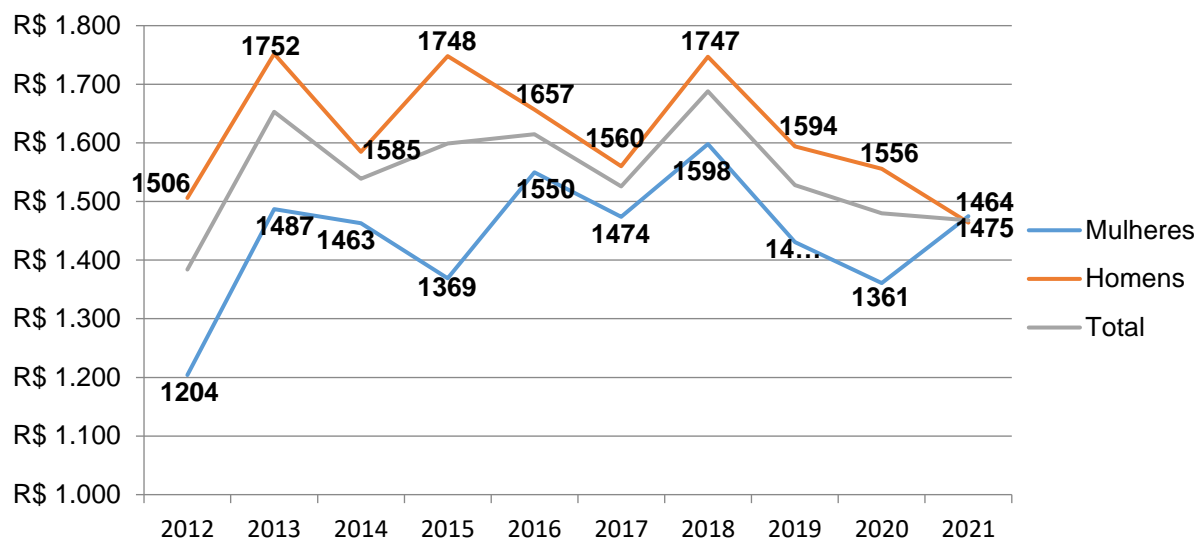


Fonte: IBGE (PNADC) 2012/2021. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2022).



Na análise por sexo, a série histórica demonstra para o ano de 2021 uma perda de renda para os homens de 2,79% e ganho de renda para as mulheres em 22,51%. Esta variação contribuiu para que pela primeira vez, desde 2012, quando os dados começaram a ser registrados, a remuneração média mensal das mulheres (R\$1.468) fosse superior a dos homens (R\$. 1.464), conforme Gráfico 6.

Gráfico 6 – Renda média mensal por sexo – Piauí (2012/2021)



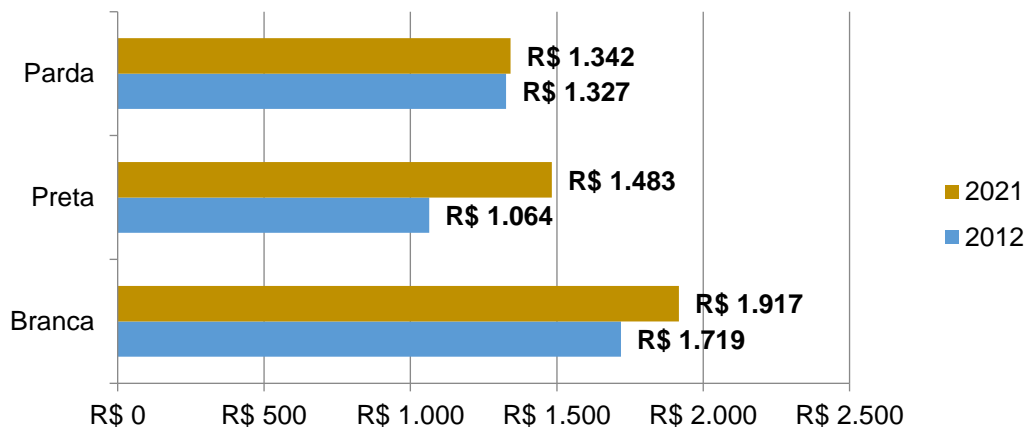
Fonte: IBGE (PNADC) 2012/2021. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2022).

Destaca-se que o aumento da renda das mulheres pode estar associado ao registro da figura feminina, como chefes de família, na titularidade dos benefícios de transferência de renda do governo.

Em relação ao rendimento médio mensal por cor ou raça, nota-se, por meio do Gráfico 7, a variação positiva para os rendimentos médios das populações pretas e brancas, ao passo em que foi mantida estabilidade para a população parda.



Gráfico 7 – Rendimento médio mensal por cor ou raça – Piauí (2012/2021)



Fonte: IBGE (PNADC) 2012/2021. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2022).

Os dados da PNADC evidenciam uma variação de 39,4% para a população preta, fazendo com que esta tivesse maior renda média em 2021 que pessoas pardas.

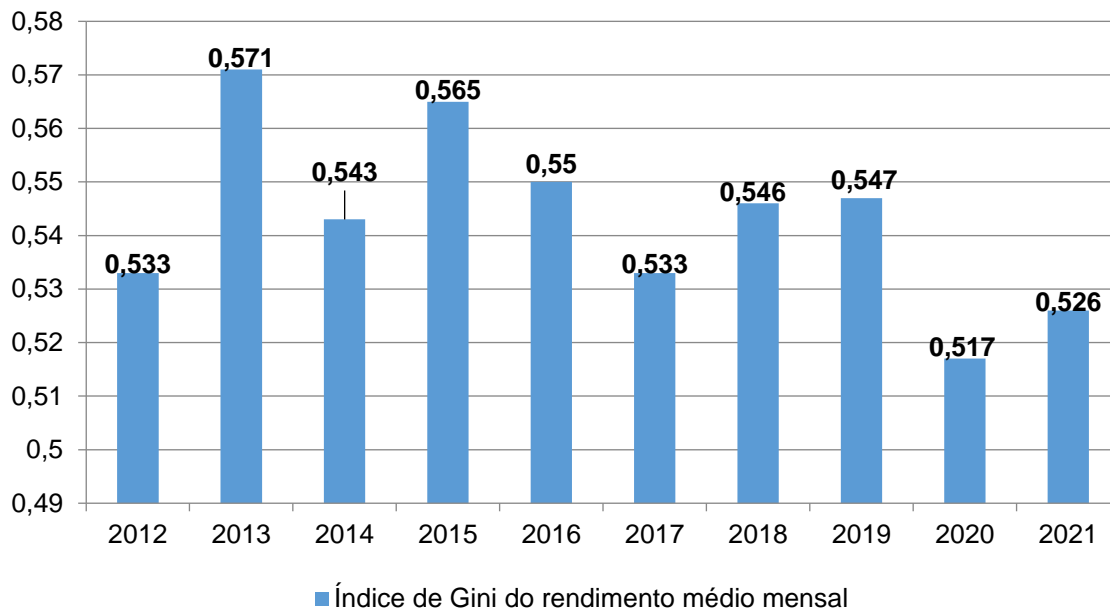
Concentração de Renda no Piauí

O Índice de Gini é um coeficiente que mensura o nível de concentração de renda através da desigualdade dos rendimentos existente entre os mais pobres e os mais ricos. Seu valor vai de zero (condição plena de igualdade de proventos) a um (condição em que apenas uma pessoa detém a riqueza total).

Para a realidade existente no Piauí constata-se um aumento do grau de concentração da riqueza para o ano de 2021, ainda que tenha se mantido abaixo do nível pré-pandêmico, conforme demonstra o gráfico 8.



Gráfico 8 – Índice de Gini do rendimento médio mensal – Piauí (2012 a 2021)



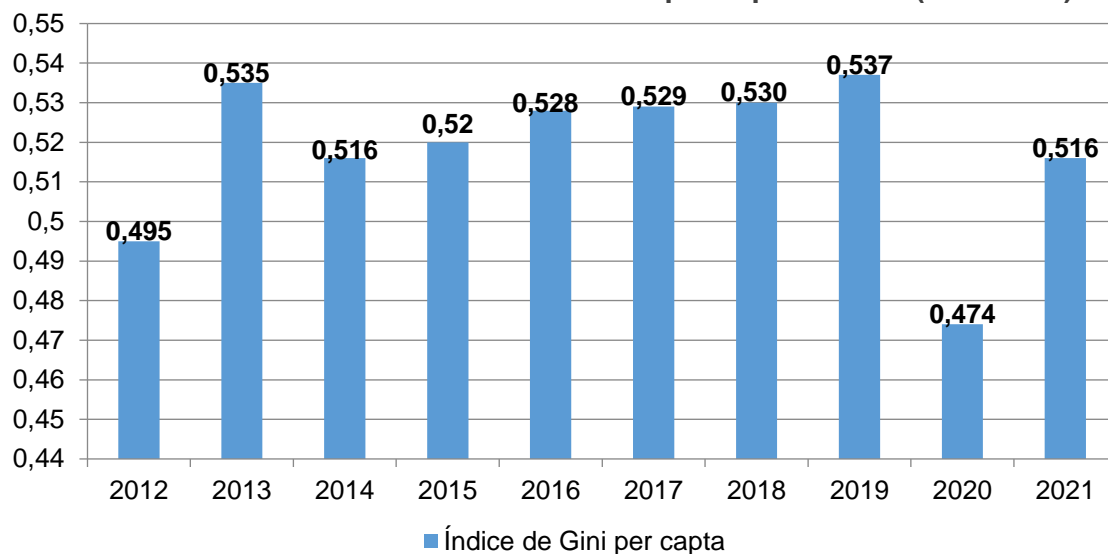
Fonte: IBGE (PNADC) 2012/2021. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2022).

Destaca-se que o ano de 2020 apresentou a menor assimetria de renda entre a população. Assim, apoiado pelo benefício financeiro emergencial, o nível de equidade de renda no Piauí em 2020 foi o maior desde 2012. Com o fim desse auxílio, em 2021, o nível de concentração de renda voltou a subir, conforme demonstra o Gráfico 8.

De forma análoga, o Índice de Gini per capita saiu, em 2019, de seu maior valor na série histórica (0,537) para o menor em 2020 (0,474). Em 2021, o nível de concentração de renda per capita voltou a crescer chegando a 0,516, conforme demonstra o Gráfico 9.



Gráfico 9 – Índice de Gini do rendimento médio per capita – Piauí (2012/2021)



Fonte: IBGE (PNADC) 2012/2021. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN (2022).

Dessa forma, é possível concluir que nos anos de 2020 e 2021 as mudanças nas rendas habituais efetivas juntamente com a cobertura de transferências do auxílio emergencial provocaram alterações na renda per capita média e no rendimento médio mensal de todas as faixas de rendas.

Dentre os efeitos mais evidentes, houve uma relativa equidade entre os percentis da população com menor renda per capita (P50) no ano de 2020, o que favoreceu a uma menor desigualdade no rendimento mensal naquele ano. Em 2021, com o fim dos auxílios emergencial e estaduais, houve um crescimento da desigualdade de renda, embora em níveis inferiores aos existentes no período pré-pandêmico.

.....

Maiores informações sobre a renda e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua podem ser acessadas na página:

“<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=34039&t=resultados>”.

.....



Governo do Estado do Piauí

Maria Regina Sousa

Secretaria de Estado do Planejamento

Rejane Tavares da Silva

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais – CEPRO

Liége de Souza Moura

Diretoria de Estudos Econômicos e Sociais – DESS

Rebeca Maria Nepomuceno Lima

Diretoria de Estatística e Informação – DEI

Antônio Alberto Ibiapina Costa Filho

Equipe de Elaboração

Leonardo dos Reis Melo

José Edson Rodrigues Júnior

Juciara de Lima Linhares Cunha

Setor de Publicações

Teresa Cristina Moura Araújo Nunes

Luciana Maura Sales de Sousa

Lis Andrade Melo

Contato

assessoria.cepro@seplan.pi.gov.br